

Prefácio a Maria Juraci Maia Cavalcanti. *História Educacional de Portugal: Discurso, Cronologia e Comparação. Um Ensaio de Crítica Histórica.*¹

1. Focalizando o olhar a partir de uma perspectiva externa à produção historiográfica educacional portuguesa do passado recente, Maria Juraci Cavalcanti desenvolve um estudo analítico e interpelativo que lhe permite revisitar, do ponto de vista substantivo, o tema do «atraso» no processo de modernização da sociedade portuguesa e, simultaneamente, questionar o significado epistemológico da produção científica assente naquela categoria analítica. Para epígrafe recuperou a declaração de Vitorino Magalhães Godinho (1989): “Portugal afunda-se e afasta-se cada vez mais desse mundo moderno de que diz pretender aproximar-se”.

Como objectivo do trabalho, a autora estabeleceu “compreender a base discursiva inscrita nas cronologias e critérios de periodização da História Educacional de Portugal, com o intuito de estabelecer uma relação de comparação com os marcos temporais da História Educacional do Brasil”. Sob a fórmula de sumário, enuncia que há linhas de aproximação entre as duas historiografias. Em seu entender, do lado português, deve-se ao “viés liberal e republicano” a insistência no atraso de instalação das escolas e da construção de um sistema escolar universalizado como factores retardatários do progresso económico e cultural de Portugal. Na periodização dessa historiografia relevam a reforma pombalina/ estatização da escola; o liberalismo de teor libertário decorrente da Revolução Francesa; o republicanismo, decorrente da III República francesa, que consagrou a ideologia da escola pública e uma política de construção escolar efectiva. De forma análoga, postula a autora, também a cronologia estabelecida pela historiografia brasileira assinala o atraso na instalação de escolas, mas associando-o à crise decorrente da expulsão dos Jesuítas; à política imperial centrada no ensino secundário e no ensino superior, e no espaço urbano; à República, que, constitucionalmente,

¹ Publicação: Cavalcante, Maria Juraci Maia (2008). *História Educacional de Portugal: Discurso, Cronologia e Comparação. Um Ensaio de Crítica Histórica.* Fortaleza: UFC Edições, p. 13-19

remeteu a responsabilidades da criação de escolas primárias, para as unidades da Federação da República do Brasil.

2. A tónica do atraso está, por consequência, presente nas duas historiografias. Numa das suas declarações de partida, a autora congrega, em termos de hipótese e com algum efeito provocatório, o que poderia traduzir-se pela idiosincrasia entre a insuficiência do processo de colonização e a incapacidade histórica do colonizador para resolver os seus próprios problemas. Pode ser que tenha sido assim, mas para a autora, trata-se, antes de mais, de averiguar se a origem daquele mal-estar não resulta da prevalência de um historicismo assente no olhar republicano e escolanovista. Há, recorda socorrendo-se de Jacques le Goff, arrastamentos entre memória colectiva e história, que só esta pode cientificamente resolver. Nesse sentido, a sequência do atraso português para o atraso-colónia deverá ser submetida a um tirocínio mais apurado, posto que se deve a Wolfgang Mommsen a preciosa chamada de atenção para que toda a historiografia comporta uma tripla dependência, sendo imprescindível averiguar: a orientação científica do grupo de historiadores em que se inscreve produção em análise; que teoria e modelo desenvolvimentistas lhe subjazem; por último, das expectativas de evolução histórica, que mobilizam o autor ou autores em causa.

A selecção dos historiadores portugueses que se propôs ler e analisar obedeceu ao cruzamento do rigor e relevância científica com a circunstância de todos eles se referirem de forma expressiva ao fenómeno do “atraso”. São autores vinculados a correntes internacionais e desenvolvem directa ou indirectamente análises comparativas. Para além dos historiadores da educação, e para chegar à listagem que seleccionou, Maria Juraci Cavalcanti socorreu-se das suas próprias leituras e conhecimento da comunidade de historiadores da educação, mas também de autores de referência, na historiografia cultural e social. A leitura destes últimos permitiu ampliar e sedimentar a relevância e o significado da temática do atraso na compreensão e na explicação da realidade portuguesa, no plano interno e numa perspectiva internacional. Entre os autores portugueses de referência cita: Vitorino Magalhães Godinho; José Mattoso; Rui

Grácio; Fernando Catroga; Reis Torgal. Entre os historiadores da educação que aborda com maior sistematicidade, detalhando leituras, sondando-lhes as teses fundamentais e analisando as obras que toma por significativas, destaca: Joaquim Ferreira Gomes; Luís Albuquerque; Joel Serrão; Rómulo de Carvalho; António Nóvoa; Rogério Fernandes; Áurea Adão; Justino Magalhães.

É uma plêiade de autores representante de uma historiografia universitária, com vinculação à docência, no campo das ciências da educação, das ciências sociais, das letras, e cujo espectro investigativo vai da história das ideias pedagógicas à da legislação educacional. Parte dos membros deste grupo emergiu no interior do Serviço de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian, tendo as respectivas teses de Mestrado e de Doutoramento sido apresentadas em Universidades Portuguesas e Estrangeiras. A consolidação desta historiografia tem sido desenvolvida através de projectos e de publicações de autores, mas também através da organização de eventos científicos no âmbito da Secção de História da Educação, da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, de forma autónoma, ou em parceria com Associações e Organismos internacionais.

3. Neste ensaio de Maria Juraci Cavalcanti relevam, para além da justeza na selecção dos autores e das obras analisadas, a tropologia, a teorização, a abrangência e a interdisciplinaridade do conjunto de autores referenciados e trabalhados. Uma das categorias conceptuais mais polémicas (e por consequência mais específicas) da historiografia é o tempo, definido sob a forma de cronologia, e construído, estruturado e narrado como periodização de um fenómeno, de um movimento, enfim, o tempo como construção historiográfica. Neste ensaio, a periodização é um (senão mesmo o principal) móbil para a intelecção da problemática do atraso. No tirocínio interdisciplinar a que a autora submete a temática, há um inquérito sociológico, historiográfico e antropológico. A procura da explicação que enceta vai muito para além do ideológico e do político, buscando uma causalidade mais profunda e ampla, que inclui, na longa

e na curta duração: o mitológico, o económico, o educacional, o cultural. O tempo é, por consequência, a categoria transversal que emerge como estruturante do discurso da autora.

A tropologia deste ensaio inclui uma diversidade espacial, embora o território por excelência seja o do estado-nacional. O quadro educacional abrange categorias culturais; curriculares; institucionais; pedagógicas; ideológicas; sociológicas; antropológicas. A organização do discurso é genealógica e hipotético-dedutiva, fazendo jus à vinculação sociológico-históricográfica, privilegiados na especialização, no método e na racionalidade da autora. Há nele instituições, estruturas, agentes, mas também teses e argumentos. Os argumentos de cada autor são submetidos a uma verificação face à realidade mencionada e face a uma transversalidade de perspectivas.

4. A presente obra tem cinco capítulos. No primeiro “Aproximação do campo da História Educacional de Portugal”, a autora procede a uma caracterização e a uma verificação da relevância da problemática do atraso, não só como categoria nominativa, mas como orientação epistemológica. Depois de validada pelo relevo, actualidade e pertinência a temática do atraso, a autora caracteriza os historiadores da educação que vai ler e analisar, suas perspectivas, filiação historiográfica, expectativas desenvolvimentistas. Simultaneamente, averigua da consistência grupal e das respectivas afinidades temáticas e metodológicas. A principal filiação do atraso neste núcleo de historiadores deve-se à história das ideias pedagógicas, mas o dimensionamento, a caracterização e as implicações do atraso português remetem para a história da educação comparada. Tem sido no quadro da história económica, da história social e da história cultural que um mais aprofundado conhecimento da especificidade portuguesa tem originado estudos exploratórios de uma revisão da dialéctica entre internalidade e externalidade. A perspectiva comparada é utilizada em diferentes domínios científicos e tem origem em distintos modos de olhar a ciência e a realidade, como comprova a autora fazendo recurso, de um lado, à humanidade transcultural de Agostinho da Silva e, de outro, ao mecanismo dos ciclos desenvolvimentistas de Rostow.

No segundo capítulo, pondo em prática a recomendação de Mommsen, a autora averigua dos métodos explicativos, crenças e construtos teórico-historiográficos de cada um daqueles historiadores da educação. Para essa abordagem, procede a uma análise detalhada das respectivas teses de doutoramento, ou de obras mais recentes em que estes autores retomaram uma perspectiva desenvolvimentista. É uma leitura cuidada, conduzida e orientada, através da qual o leitor deste ensaio dialoga e se familiariza, com o discurso, o método, conclusões de cada uma daquelas teses. Nesta abordagem, a autora prestou especial atenção à produção historiográfica de Joaquim Ferreira Gomes – ele que praticamente abriu todos os debates e temáticas e converteu em fonte historiográfica a mais significativa produção documental e memorialística dos mundos da cultura e da educação em Portugal. Ferreira Gomes esteve em todos os lugares, converteu recantos testemunhais em arquivos e papéis dispersos em séries documentais. Pela análise da autora depreende-se que muito se deve a Ferreira Gomes, tal a fecundidade das problemáticas que abriu; praticamente, tudo começa na sua historiografia.

É no capítulo III que a autora intenta compreender a perspectiva do atraso, sob a forma de mito e crença ideológica, mas também documentado e comprovado, com base na estatística e na comparação de modelos, processos, políticas. A evidência do atraso é afinal um atraso evidente. Documentadas as perspectivas mitológica e ideológica, com base no (anti)jesuitismo e no liberalismo/ republicanismo, a autora socorre-se da história económica, para o reconhecimento dos «progressos no atraso». Emite, por fim, a conclusão de que na fundação da cronologia da História Educacional de Portugal relevam o antejesuitismo pombalino, o republicanismo, a economia do século XIX.

O capítulo IV dedica-o Maria Juraci Cavalcanti à perspectiva comparada em Ciências Sociais e na História Educacional, cotejando dois autores (António Nóvoa e Max Weber). Em António Nóvoa releva os contributos metodológico, analítico e substantivo, que a autora recupera, com pormenor, para fundamentar e diferenciar abordagens centradas no estado-nação e abordagens transterritoriais. É pela abordagem da obra de António Nóvoa que a autora compendia as linhas gerais da História da Educação em Portugal. No entanto, é na

transversalidade disciplinar, territorial e sociocultural dos «ideais-tipo» criados por Max Weber, que a autora procura o principal sentido do presente ensaio. É com base nas categorias conceptuais de Max Weber que sugere novos desenvolvimentos para a comparação na história.

Encaminhando-se para o fim de um percurso, cujo ponto alto, no plano interpelativo, ficou consagrado no capítulo IV, Maria Juraci Cavalcanti regressa à problemática da construção historiográfica do tempo e deixa o leitor a braços com a actualidade de diferentes cronologias na historiografia portuguesa da educação. Segundo as suas palavras, «Este tópico tem como eixo principal a identificação de configurações cronológicas no âmbito da história educacional de Portugal, com o intuito de estabelecer marcos de comparação entre a história deste País e a do Brasil. As fontes utilizadas são, fundamentalmente, historiográficas».

A autora demonstra que é possível distinguir duas grandes soluções cronológicas na historiografia da educação em Portugal, sendo evidente que a memória oficial é a que surge mais directamente documentada, pelo que o grande desafio é construir a memória social, plasmada nas mudanças culturais, nas biografias, nas autobiografias e nas transformações socioculturais. Há uma cronologia simplificada, linear, que toma a história da educação como decorrente da história política, que a autora ilustra transcrevendo os verbetes “Ensino Primário” e “Ensino Secundário” da autoria de Joaquim Santos Simões, publicados no *Dicionário Ilustrado da História de Portugal* (Publicações ALFA, 1993). Há uma outra cronologia que toma a educação como fenómeno social e cultural abrangente. Ilustra esta última, glosando o livro de António Nóvoa, *e vid ente mente – Histórias da Educação* (Edições ASA, 2006). Pela complexidade histórico-educativa e pela abrangência da perspectiva, o autor desta segunda cronologia socorreu-se de uma evolução temática, pelo que, tendo subjacente o ritmo da realidade histórica e a superação do atraso português, esta cronologia periodiza a história em quatro andamentos.

5. Na conclusão, Maria Juraci Cavalcanti retoma o tom polémico e ensaístico, recuperando as principais conclusões que foi retirando ao longo do estudo e sugerindo uma

revisão historiográfica. Termina reafirmando a sua hipótese de partida: “mais do que ideologia, a noção de *atraso* estaria no cerne da visão do tempo e da história educacional portuguesa e brasileira, necessitando ser alvo de estudos de base económica e da crítica histórica que contribuam para uma redefinição dos critérios de periodização e explicação histórica dos dois países, onde a construção das duas nações seja associada com a dinâmica de produção e de mercado do capitalismo moderno”. A circularidade discursiva, adoptada pela autora, foi todavia o pretexto para uma relevante síntese da historiografia e da história educacional portuguesa, daí resultando um cuidadoso ensaio de interdisciplinaridade e um apelo à sistemática revisão científica.

Que o leitor beneficie tanto desta leitura, quanto me foi estimulante acompanhar a autora na sua investigação.

Lisboa, Abril de 2008

Justino Magalhães